

ANÁLISE DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA MUNICIPAL DE JAGUARÃO/RS COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE SOCIAL

GABRIELE DE SOUZA ALVES¹; MARIA EDUARDA MACHADO CARVALHO²;
FRANCINI PACHECO VITORIA CARDOZO³; ANA CLAUDIA DA SILVA
HAUBMAN⁴; PATRÍCIA SCHNEIDER SEVERO⁵

¹Gabriele de Souza Alves – gabriellesalves0@gmail.com

²Maria Eduarda Machado Carvalho – maria.carvalho@ufpel.edu.br

³Francini Pacheco Vitoria Cardozo – francinicardozo83@gmail.com

⁴Ana Claudia da Silva Haunman – haubmananaclaudia@gmail.com

⁵Patrícia Schneider Severo – patricia.severo@ufpel.edu.br

1. INTRODUÇÃO

A Contabilidade Pública Aplicada é uma área de especialização da ciência contábil, responsável por registrar, controlar e divulgar informações sobre a atuação financeira e patrimonial das entidades do setor público. Segundo a NBC T 16.1, a contabilidade aplicada ao setor público tem como objetivo “fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos orçamentários, econômicos e patrimoniais das entidades públicas, apoiando a tomada de decisão, a prestação de contas e o controle social” (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2012, p.8).

A contabilidade pública desempenha papel estratégico na consolidação da transparência e da responsabilidade fiscal, atuando como instrumento de geração e de divulgação de dados, os quais fundamentam o planejamento, a execução e o controle da gestão pública (LOPES; MARTINS, 2005). Para BEZERRA FILHO (2008), a democratização da informação contábil e financeira é essencial para o fortalecimento da cidadania e para a efetivação do controle social. Nesse sentido, a Lei de Acesso à informação (LEI Nº 12.527/2011) e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000) estabelecem diretrizes que reforçam o dever do poder público de disponibilizar informações de forma clara, tempestiva e acessível.

A exigência por maior transparência na administração pública tem incentivado a utilização de instrumentos como Portais da Transparência, que funcionam como pontes entre governo e a sociedade. Assim, a contabilidade pública se consolida como uma ferramenta essencial para assegurar o princípio da publicidade e fortalecer o controle social sobre os gastos públicos.

A cidade de Jaguarão, localizada na região Sul do estado de Rio Grande do Sul, na fronteira com o Uruguai, segundo IBGE (2023) com população estimada em aproximadamente 26 mil habitantes, é historicamente conhecida por sua importância cultural e patrimonial. Considerando o tamanho da cidade e a sua gestão orçamentária, analisar o Portal da Transparência Municipal representa uma oportunidade de verificar como um município pequeno utiliza a contabilidade como instrumento de publicidade dos atos administrativos e de interação com os cidadãos.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar a atuação da contabilidade pública como instrumento de transparência por meio do Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Jaguarão/RS. Este resumo está estruturado em quatro seções: introdução, metodologia, resultados e discussões e conclusões.

2. METODOLOGIA

A pesquisa tem natureza qualitativa, descritiva e documental. Segundo GIL (2010), a pesquisa documental utiliza fontes que ainda não foram analisadas de forma sistemática e permite investigar fenômenos a partir de documentos institucionais. Já a pesquisa descritiva, objetiva descrever com precisão as características de um fenômeno em seu contexto natural, sem interferência do pesquisador. A coleta de dados foi realizada diretamente no Portal da Transparência da Prefeitura de Jaguarão, com foco nos aspectos relacionados à contabilidade pública e ao cumprimento das exigências legais de transparência.

A análise foi orientada pelas diretrizes estabelecidas na LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e na LEI Nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação). Foram observadas as informações disponibilizadas no portal, tais como: receitas, despesas, folha de pagamento, licitações, contratos, convênios, relatórios legais e demonstrativos contábeis. Além disso, foram avaliados critérios como navegabilidade, atualização, acessibilidade e linguagem utilizada, visando compreender se o portal cumpre não apenas a transparência formal, mas também a transparência substantiva, que possibilita o exercício efetivo do controle social.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Observa-se que a contabilidade pública, ao registrar e divulgar os atos da gestão, tem papel fundamental na consolidação do princípio da publicidade e na ampliação dos mecanismos de controle social. Nesse contexto, a existência e a funcionalidade dos Portais da Transparência ganham destaque como instrumentos estratégicos para assegurar o acesso à informação, conforme previsto pela Lei de Acesso à Informação (LEI N.º 12.527/2011) e pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LEI COMPLEMENTAR N.º 101/2000). A partir dessa perspectiva, a presente análise documental do Portal da Transparência do município de Jaguarão busca compreender até que ponto o instrumento atende aos preceitos legais e se efetiva como meio de aproximação entre o poder público e a sociedade.

O Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Jaguarão apresenta uma estrutura que permite o acesso a diversas informações financeiras e contábeis da gestão pública, com navegação aberta, ou seja, sem exigência de cadastro prévio. As informações são disponibilizadas por categorias como receitas, despesas, folha de pagamento, licitações, contratos, convênios e relatórios legais. Os dados são atualizados com frequência, conforme indicado na seção de “Perguntas Frequentes” do portal, onde se afirma que as despesas públicas são lançadas diariamente, respeitando a temporalidade mínima exigida pela legislação vigente. Essa prática demonstra comprometimento do município com a transparência ativa e evidencia o papel da contabilidade pública como base para alimentar esse sistema com dados precisos e oficiais.

No cumprimento das exigências legais, é possível afirmar que o portal contempla os principais instrumentos normativos exigidos. Por exemplo, estão disponíveis os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (RREO) e os Relatórios de Gestão Fiscal (RGF), bem como os balanços e os demonstrativos contábeis previstos na LEI 4.320/64. Também é possível acessar informações detalhadas sobre a arrecadação de receitas, divididas por fonte e categoria econômica, e sobre as despesas públicas, que são apresentadas de forma discriminada por órgão, função, natureza da despesa e fase de execução

“empenho, liquidação e pagamento”. Essas informações, produzidas a partir dos registros contábeis, revelam como a contabilidade pública atua diretamente na geração de dados fundamentais para a tomada de decisão, a fiscalização e o controle externo e interno da gestão. Contudo, ao se considerar a acessibilidade, a clareza e a utilidade das informações para o cidadão comum, alguns aspectos ainda podem ser aprimorados.

Embora o portal seja funcional e conte com ferramentas de acessibilidade visual, como ajuste de contraste e tamanho da fonte e recursos como tradução em Libras, o conteúdo apresentado é, em grande parte, técnico e com linguagem voltada aos usuários com algum nível de conhecimento na área contábil ou orçamentária. Termos como “liquidação”, “dotação inicial”, “classificação funcional-programática” e “fontes de recursos” são utilizados sem a devida explicação, o que pode dificultar a compreensão por parte da população leiga. A ausência de glossários, tutoriais explicativos ou infográficos que simplifiquem a leitura dos dados torna a navegação menos intuitiva e reduz a efetividade do portal como ferramenta de participação cidadã.

Em relação às informações contábeis e financeiras disponibilizadas, o Portal oferece uma gama considerável de dados. Há informações sobre receitas previstas e arrecadadas, despesas empenhadas, liquidadas e pagas, contratos e convênios firmados, folha de pagamento com detalhamento dos valores brutos e líquidos dos servidores, além de dados sobre transferências constitucionais e programas financiados por recursos externos. Essas informações permitem, em tese, que qualquer cidadão possa acompanhar a execução orçamentária do município, verificar a aplicação dos recursos públicos e cobrar maior eficiência e responsabilidade da administração. Entretanto, como já mencionado, a apresentação em formato bruto, com tabelas extensas e sem interpretações ou resumos visuais, pode limitar a sua real utilidade social.

A análise qualitativa e descritiva do portal, portanto, evidencia um esforço da Prefeitura de Jaguarão em garantir a transparência formal da gestão, cumprindo o que é estabelecido em termos legais e disponibilizando uma estrutura sólida de dados públicos. No entanto, a eficácia do portal enquanto instrumento de controle social depende não apenas da existência e da atualização das informações, mas também da sua inteligibilidade.

Ou seja, é necessário que os dados estejam acessíveis não apenas no sentido técnico, mas também comunicacional, promovendo uma transparência substantiva, que capacite o cidadão a interpretar, avaliar e intervir sobre as decisões governamentais. Em síntese, a contabilidade pública exerce um papel essencial nesse processo ao fornecer os dados que sustentam a transparência administrativa, sendo a base técnica para a elaboração dos relatórios, painéis e registros divulgados no portal.

Contudo, cabe à gestão municipal e aos profissionais da área buscar formas mais didáticas e participativas de divulgação, adaptando a linguagem e a forma de apresentação das informações para torná-las verdadeiramente acessíveis a toda a população. Dessa forma, será possível consolidar o Portal da Transparência de Jaguarão como um verdadeiro canal de diálogo entre o governo e o cidadão, fortalecendo o controle social e promovendo uma cultura de gestão pública mais democrática e responsável.

4. CONCLUSÕES

Após pesquisa realizada, é possível afirmar que a análise do Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Jaguarão demonstra a importância da contabilidade pública como instrumento fundamental para a transparência e para o controle social. Contudo, a verdadeira eficácia do Portal da Transparência de Jaguarão depende da capacidade da gestão em traduzir os dados disponibilizados em informações claras e compreensíveis, fortalecendo, assim, o diálogo entre governo e a sociedade e contribuindo para uma gestão pública mais democrática e responsável.

Para estudos futuros, recomenda-se investigar a percepção da população quanto ao uso do portal, bem como comparar o desempenho de transparência entre municípios de diferentes portes. Além disso, sugere-se que a gestão municipal invista em recursos pedagógicos no portal, para torná-lo mais acessível ao público leigo e, assim, efetivar a transparência.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEZERRA FILHO, Manoel. **Contabilidade Pública: teoria e prática**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 maio 2000.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º da Constituição Federal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 nov. 2011.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC T 16.1 – Conceituação, Objeto e Campo de Aplicação**. Resolução CFC nº 1.128/08. Brasília: CFC, 2012. Acessado em: 16 jul. 2025. Online. Disponível em: <https://cfc.org.br>.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IBGE. Panorama da cidade de Jaguarão. Rio de Janeiro: **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023**. Acessado em 16 jul. 2025. Online. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/jaguarao/panorama>.

LOPES, Alexsandro Broedel; MARTINS, Eliseu. **Contabilidade e controle gerencial no setor público**. São Paulo: Atlas, 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÃO. **Portal da Transparência**. Acessado em 16 jul. 2025. Online. Disponível em: <https://sistemas.jaguarao.rs.gov.br/pronimtb/>